

Sumário

APRESENTAÇÃO	9
PREFÁCIO À 2ª EDIÇÃO	11
PREFÁCIO À 3ª EDIÇÃO	13

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO VI DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

CAPÍTULO I DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

SEÇÃO I Dos Princípios Gerais

ART. 145, INC. I A III	41
1. Sistema Tributário Nacional	41
2. Abrangência nacional	42
3. Poder de tributar	43
4. Conceito de tributo	43
4.1. Pedágio	44
4.2. “Seguro apagão”	44
4.3. Contribuição ao FGTS	45
5. Espécies tributárias. Classificação corrente	45
6. Espécies tributárias. Critérios para classificação	47
6.1. Contribuição ao INCRA	47
6.2. Contribuição de iluminação pública	47
7. Impostos	47
7.1. Legislação anterior	48
7.2. Conceito	49

7.3. Classificação	50
7.3.1. Ordinários ou extraordinários.....	50
7.3.2. Fiscais ou extrafiscais.....	51
7.3.3. Pessoais ou reais.....	51
7.3.4. Diretos ou indiretos	52
7.3.5. Fixos, proporcionais ou progressivos.....	53
7.3.6. Instantâneos, complexos ou continuados	54
8. Taxas.....	54
8.1. Razoável equivalência	55
8.2. Taxa de Expediente	56
8.3. Taxa de Pavimentação Asfáltica	56
8.4. Taxa de Fiscalização Ambiental (TFA)	57
8.5. Poder de polícia	57
8.6. Poder de polícia, policiamento ostensivo e Taxa de Segurança Pública	58
8.7. Exercício regular do poder de polícia. Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do IBAMA (TCFA)	58
8.8. Crítica ao caso da TCFA IBAMA.....	59
8.9. Taxa de Renovação de Localização e Funcionamento	61
8.10. Taxa de Licença para Localização, Funcionamento e Instalação ...	61
8.11. Taxa CVM	62
8.12. Taxa sobre recursos hídricos. Custo de fiscalização. Proporcionalidade.....	63
8.13. Taxa de controle, monitoramento e fiscalização ambiental (TFPG). Atividades da indústria de petróleo e gás. Valor da taxa. Desproporcionalidade	64
8.14. Taxa de registro de permanência de estrangeiros no país. Imunidade. Condição de hipossuficiente.....	64
8.15. Serviço público específico e divisível	66
8.16. Taxa de Iluminação Pública	66
8.17. Taxa de Limpeza Pública Urbana	67
8.18. Taxa de Coleta e Remoção de Resíduos Sólidos.....	67
8.19. Taxa de Matrícula.....	68
8.20. Fornecimento de certidões.....	69
8.21. Taxa de Incêndio	69
8.22. Taxa de Conservação e Manutenção de Estradas.....	70
8.23. Custas judiciais e emolumentos.....	70

8.24. Contraprestações equivocadamente denominadas de taxas	71
8.25. Utilização potencial	72
8.26. Taxas e tarifas.....	73
8.27. Esgoto e água encanada.....	74
8.28. Encargos de capacidade emergencial	74
9. Contribuição de melhoria	74
9.1. Regras gerais	76
9.2. CTN, DL 195/67 e lei local	77
§ 1º	78
10. Caráter pessoal dos impostos	78
11. Capacidade contributiva	80
11.1. Capacidade contributiva, igualdade, liberdade e mínimo existencial	82
11.2. Capacidade contributiva e planos horizontal e vertical da igualdade tributária.....	82
11.3. Capacidade contributiva e indisponibilidade econômica da riqueza	84
11.4. Capacidade contributiva e mínimo existencial	84
11.4.1. Mínimo existencial, cesta básica e ICMS	86
11.4.2. Mínimo existencial, açúcar de cana e IPI.....	86
11.4.3. Mínimo existencial, deduções fiscais e correção monetária da tabela do IR.....	87
11.4.4. Mínimo existencial e Tribunal Constitucional Federal alemão.....	87
11.5. Capacidade contributiva e proibição de confisco	89
11.5.1. Proibição de confisco: EUA, Alemanha e Brasil.....	90
11.5.2. Proibição de confisco: a resposta “caso a caso” do STF a partir da razoabilidade.....	91
11.5.3. Proibição de confisco e contexto cultural do Estado	93
11.6. Capacidade contributiva e amplitude de aplicação	93
11.6.1. Progressividade do IPTU.....	94
11.6.2. Progressividade do ITBI	94
11.6.3. Capacidade contributiva e impostos pessoais, diretos e com finalidade fiscal. Ampliação gradual	95
11.6.4. IPVA.....	95
11.6.5. ITCD. Progressividade	95
11.6.6. Contribuições	96

11.6.7. ISS profissionais liberais.....	97
11.6.8. Taxa de Coleta de Lixo	97
11.6.9. Taxa de Fiscalização CVM.....	98
11.6.10. ICMS.....	98
11.6.11. Consolidação da superação do precedente: dos impostos pessoais, diretos e com finalidade fiscal à capacidade contributiva ...	98
11.6.12. Capacidade contributiva e finalidade extrafiscal ou dire- tiva.....	99
11.7. Progressividade.....	100
11.7.1. Progressividade na jurisprudência do STF	101
12. Fiscalização tributária e direitos individuais do contribuinte.....	103
12.1. Direitos individuais dos contribuintes, limitações constitucionais ao poder de tributar e direitos e garantias fundamentais	104
12.2. Apreensão de livros contábeis e documentos fiscais.....	105
12.3. Sigilo bancário	105
12.3.1. Crítica à decisão do STF sobre sigilo bancário.....	107
12.4. Compartilhamento de dados da UIF e da RFB com o MP	110
§ 2º	110
13. Impostos dissimulados por taxas	110
13.1. Taxa com base de cálculo do ITR e do ITCD.....	111
13.2. Taxa com base de cálculo vinculada ao patrimônio, ao volume da produção e ao número de empregados.....	111
13.3. Taxa e adoção de um ou mais elementos da base de cálculo de im- posto.....	112
13.4. Taxa e patrimônio líquido ou faturamento.....	113
ART. 146	115
1. Competência do legislador complementar.....	115
2. Hierarquia entre lei complementar e lei ordinária	116
3. Revogação de lei complementar por lei ordinária.....	116
4. Lei complementar em matéria tributária e conformidade da legislação tributária.....	117
INC. I	118
5. Solução dos conflitos de competência.....	118
INC. II.....	121
6. Competência para regular as limitações constitucionais ao poder de tri- butar	121

INC. III, ALÍNEAS “A” A “D”	123
7. Lei complementar das normas gerais de Direito Tributário	124
8. Função do Código Tributário Nacional	125
9. “Especialmente”	126
10. Definição de tributos e de suas espécies	126
11. Definição dos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes dos impostos previstos na Constituição	127
11.1. Competência dos Estados e Municípios na inexistência de lei complementar federal.....	127
11.2. Resolução do Senado. Alíquotas ITCD, ICMS e IPVA.....	128
11.3. Convênios CONFAZ. Benefícios fiscais ICMS.....	129
11.4. Contribuições não exigem lei complementar	129
11.5. Obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários	131
11.6. Responsabilidade tributária de terceiros. Infrações. Lei estadual. Conflito. Norma geral federal	132
11.7. Compensação de ofício. Lei 9.430/96. Débitos parcelados sem garantia. Suspensão da exigibilidade do crédito.....	132
11.8. Responsabilidade tributária. Regulação por lei complementar	133
11.9. Extinção do crédito tributário. Dação em pagamento	134
11.10. Decadência e prescrição. Prazos, interrupção e suspensão.....	135
11.11. Adequado tratamento tributário ao ato cooperativo.....	136
11.11.1. Sociedade cooperativa e ato cooperativo. Natureza jurídica...	136
11.11.2. Operações com não associados. Incidência de tributos	137
11.11.3. Valores repassados aos profissionais cooperados. Exclusão da base de cálculo do ISS.....	138
11.11.4. “Adequado”. Imunidade e isenção	139
11.11.5. Seguridade social	139
11.11.6. Benefício tributário por lei complementar. Revogação por medida provisória	140
11.11.7. Inexistência de lei complementar para o adequado tratamento tributário das cooperativas.....	141
11.12. Tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte.....	141
11.12.1. Critérios de diferenciação	142
11.12.2. Tributos abrangidos	143
11.12.3. Obrigatoriedade de adesão dos Estados e Municípios. Ausência de violação à forma federativa de Estado	144

11.12.4. Débitos tributários. Constitucionalidade da exclusão	145
11.12.5. Optantes pelo Simples. Impossibilidade de outros benefícios fiscais	145
11.12.6. Diferencial de alíquota de ICMS. Optante pelo Simples Nacional	146
ART. 146-A	147
1. Neutralidade da tributação. Prevenção de desequilíbrios da concorrência	147
1.1. Cancelamento do registro. Cigarro	148
ART. 147	151
1. Territórios e Distrito Federal. Competência tributária	151
ART. 148, INC. I, II E § ÚNICO	152
1. Empréstimo compulsório. Natureza jurídica	152
1.1. Forma de restituição	152
1.2. Competência. Lei complementar	153
1.3. Finalidade	154
1.4. Anterioridade	155
1.5. Aplicação dos recursos vinculada à despesa	155
ART. 149	155
1. Contribuições especiais como espécie de tributo	156
2. Finalidade e destinação específicas	156
3. Exaurimento da finalidade. Perda do objeto. Extinção da contribuição ...	157
4. Referibilidade. Pertinência ao grupo	159
4.1. Casos SEBRAE e INCRA	160
4.2. Crítica às decisões SEBRAE e INCRA	162
5. Instituição por lei ordinária	163
6. Norma de competência do art. 149	163
7. Espécies de contribuições especiais	163
8. Contribuições de intervenção no domínio econômico (CIDE)	164
8.1. Situações de intervenção no domínio econômico	165
8.2. Intervenção setorial	166
8.3. Contribuições do Sistema S	167
9. Contribuições de categorias profissionais ou econômicas	167
9.1. Suspensão. Conselho de fiscalização profissional. Inadimplência de anuidades. Sanção política em matéria tributária	168
9.2. OAB. Anuidade. Limitação quantitativa. Liberdade de exercício da profissão e capacidade contributiva	168

9.3. Contribuição confederativa	169
9.4. Servidores públicos.....	170
9.5. “Imposto” sindical	170
§§ 1º, 1º-A, 1º-B E 1º-C.....	172
10. Contribuição previdenciária dos servidores públicos	173
10.1. Inativos e pensionistas	174
10.2. Lei estadual que aumenta as alíquotas da contribuição previden- ciária dos servidores públicos	175
§ 2º AO § 4º	175
11. Imunidade. Receitas de exportação	175
12. Exportação indireta. <i>Trading companies</i>	177
13. Importação. Incidência	178
13.1. Importação de serviços	179
13.2. Bases de cálculo.....	179
13.3. Exclusão da capatazia do valor aduaneiro. Decreto 11.090/2022 ...	180
13.4. Limitação semântica da base de cálculo. Consequências para outros casos	181
13.5. Pessoa natural como contribuinte por equiparação	183
13.6. Possibilidade de incidência monofásica	184
ART. 149-A E § ÚNICO.....	185
1. Contribuição de iluminação pública	185
1.1. Taxa de iluminação pública. Inconstitucionalidade	185
1.2. EC 39/02 (CIP)	186
1.3. Fato gerador.....	187
1.4. Isonomia. Progressividade. Capacidade contributiva.....	187
1.5. Tributo de caráter <i>sui generis</i>	189
1.6. Aplicação dos recursos arrecadados. Custeio da iluminação pública na expansão e aprimoramento da rede	189

SEÇÃO II

Das Limitações do Poder de Tributar

1. Compreensão geral	189
ART. 150	190
1. Catálogo das limitações.....	190
INC. I	193
2. Legalidade geral	193

3. Legalidade tributária	193
4. Exceções à legalidade tributária	194
4.1. Medida provisória	194
4.2. Alteração das alíquotas do II, IE, IPI e IOF	196
4.3. Fixação das alíquotas do ICMS monofásico sobre combustíveis	197
4.4. Redução e restabelecimento das alíquotas da CIDE-Combustíveis	197
5. Redução do tributo e legalidade	198
6. Base de cálculo. Alteração por ato infralegal.....	198
7. Base de cálculo. Atualização monetária.....	198
8. Prazo de recolhimento	199
9. Declarações tributárias. Livros fiscais. Notas fiscais.....	199
10. Fixação do valor máximo. Delegação à Administração	201
11. Delegação da complementação de conceitos. Efeitos sobre o elemento quantitativo do tributo. Seguro de Acidente do Trabalho.....	202
12. Fator Acidentário de Prevenção (FAP). Regulamento promovido pelo Decreto 3.048/99 (RPS)	203
13. Norma geral antielisiva. § único do art. 116 do CTN. Pretensão de ofensa ao princípio da legalidade tributária	204
14. Emolumentos. Reserva legal	207
INC. II.....	208
15. Igualdade	208
15.1. Igualdade na lei e igualdade perante a lei	209
15.2. Critério de comparação. Finalidade buscada. Relação de coerência entre critério e finalidade	210
15.3. Critérios legítimos e ilegítimos	211
15.3.1. Capacidade contributiva	212
15.3.2. Fomento às microempresas e empresas de pequeno porte	212
15.3.3. Desenvolvimento regional	213
15.3.4. Estímulo ao cooperativismo.....	214
15.3.5. Função social da propriedade	214
15.3.6. Absorção de mão de obra acima de quarenta anos.....	215
15.3.7. Ramo de atividade econômica.....	215
15.3.8. Finalidade ambiental. Reflorestamento.....	216
15.4. Benefícios fiscais. Extensão. Controle judicial	217
15.5. Diferenciações. Regime tributário.....	218
15.6. Diferenciação. ISS. Sociedades profissionais	218
15.7. Parcelamento tributário. Vedação de ingresso. Depósito judicial	221

15.8. Reclamatória trabalhista. Recebimento de parcela única. Incidência da alíquota maior do IR.....	222
15.9. Crime de apropriação indébita previdenciária. Representação fiscal para fins penais. Exaurimento do processo administrativo-fiscal	223
INC. III, ALÍNEA “A”	224
16. Irretroatividade	224
16.1. Ancoramento constitucional.....	225
16.2. Proteção para o destinatário da lei.....	226
16.3. Aplicação retroativa da substituição tributária. Inconstitucionalidade.....	226
16.4. Retroatividade da lei instrumental	227
16.5. Possibilidade de alteração do prazo de pagamento do tributo após o fato gerador	228
16.6. IR. Súmula 584 STF	229
16.6.1. Superação da Súmula 584 STF	230
16.7. Importação e exportação. Aspecto temporal da norma tributária. Violação à segurança jurídica.....	230
16.8. Lei interpretativa. Aplicação a ato ou fato pretérito	232
INC. III, ALÍNEAS “B” E “C”	233
17. Anterioridade tributária	233
17.1. Anualidade.....	234
17.2. Tipos de anterioridade	235
17.3. Medida provisória	235
17.4. Segurança jurídica. Objetivo maior	237
17.5. Revogação de benefício fiscal.....	238
17.6. Correção monetária	239
17.7. Prazo de recolhimento	240
INC. IV.....	240
18. Confisco.....	240
18.1. Significado e sentido	241
18.2. Aspecto quantitativo	241
18.2.1. Totalidade da carga tributária incidente	243
18.2.2. Razoabilidade e proporcionalidade	244
18.2.3. Cláusula aberta. Conceito jurídico indeterminado	245
18.2.4. Aumento de 4% para 14%. Ausência de efeito confiscatório ...	245
18.2.5. Alíquota de 300%. Cigarro. Ausência de efeito confiscatório	246
18.3. Aspecto qualitativo	247

18.3.1. Súmulas STF 70, 323 e 547	247
18.3.2. Condicionamento. Desembaraço aduaneiro de bem importado. Pagamento de diferença tributária. Arbitramento da autoridade fiscal	248
18.3.3. Protesto da CDA.....	250
18.3.4. Notas fiscais. Exigência de garantia.....	250
18.3.5. ME ou EPP com débito. Vedação ao Simples Nacional.....	250
18.3.6. Indústria do cigarro. Interdição por inadimplemento tributário	251
18.3.7. ICMS. Guerra fiscal. Meio coercitivo para recolhimento de tributo.....	251
18.4. Taxa confiscatória	252
18.5. Amplitude de aplicação. Multas tributárias.....	254
18.5.1. Multas tributárias. Percentual	255
18.6. Controle judicial	257
INC. V	258
19. Liberdade de ir e vir. Proibição de limitação por meio de tributos	258
19.1. Valor justo.....	258
19.2. Natureza jurídica. Preço público.....	259
19.3. ICMS. Diferencial de alíquota. Restrição tributária à liberdade de tráfego	260
INC. VI, ALÍNEAS “A” A “E”	261
20. Imunidades.....	261
20.1. Classificação. Subjetivas e objetivas.....	262
20.2. Conteúdo. Direitos fundamentais.....	263
20.3. Compreensão e aplicação.....	264
20.4. Espécies tributárias abrangidas.....	266
20.5. Atendimento às obrigações acessórias	266
20.6. Contribuinte de Direito como beneficiário	267
20.7. Responsabilidade do substituto e do sucessor.....	267
20.8. Espécies de imunidades	268
20.8.1. Imunidade recíproca	269
20.8.2. Imunidade dos templos.....	270
20.8.2.1. Imóveis alugados	271
20.8.2.2. Cemitérios	272
20.8.2.3. Maçonaria	272
20.8.3. Imunidade dos partidos políticos e das suas fundações.....	272

20.8.4. Imunidade dos sindicatos dos trabalhadores.....	273
20.8.5. Imunidade das instituições de educação e de assistência social	274
20.8.5.1. Imunidade. Impostos sobre a importação. Entidades religiosas que prestam assistência social	276
20.8.5.2. Entidade beneficente. Compra de produtos na qualidade de contribuinte de fato	276
20.8.5.3. Entidade educacional. Energia elétrica. Contribuinte de fato.....	277
20.8.5.4. Imóveis ociosos. IPTU. Aplicação da imunidade.....	277
20.8.5.5. Imóvel vago. ITBI. Ônus de elidir a presunção é do Fisco	277
20.8.5.6. Ensino gratuito de língua estrangeira. Aplicação da imunidade	277
20.8.5.7. Importação. Confusão entre contribuinte de Direito e de fato	278
20.8.5.8. IOF Aplicação de recursos da entidade assistencial. Imunidade	278
20.8.5.9. Entidade fechada de previdência privada	278
20.8.5.10. Imóveis como escritório e residência dos membros da entidade. Imunidade.....	278
20.8.5.11. Venda de ingressos de cinema. SESC. Imunidade.....	279
20.8.6. Regulação. Lei complementar	279
20.8.7. Requisitos materiais e requisitos formais	280
20.8.8. Imunidade dos livros, jornais e periódicos	282
20.8.8.1. Amplitude objetiva de aplicação	282
20.8.8.2. Livro eletrônico e leitor eletrônico	283
20.8.9. Imunidade do papel destinado à impressão.....	284
20.8.9.1. Outros insumos	284
20.8.10. Imunidade dos fonogramas e videofonogramas musicais ...	285
§ 1º	286
21. Exceções à anterioridade tributária.....	287
21.1. Tipologia das exceções	288
§ 2º	290
22. Imunidade às autarquias e fundações públicas.....	290
§ 3º	291
23. Imunidade às empresas públicas e sociedades de economia mista	291

23.1. Extensão da imunidade tributária recíproca às empresas públicas e às sociedades de economia mista	293
23.1.1. Capital social majoritariamente público e fechado	295
23.1.2. Prestação de serviço público de modo exclusivo	296
23.1.3. Ausência de violação à livre concorrência	296
23.1.4. Companhia de Saneamento de Sergipe. Sociedade de economia mista integrante da Administração indireta do Estado de Sergipe	297
23.2. Serviços de registros públicos, cartorários e notariais. Inexistência de imunidade ao ISS	297
§ 4º	298
24. Templos religiosos. Partidos políticos, sindicatos dos trabalhadores e instituições de assistência social. Finalidades essenciais	298
§ 5º	299
25. Transparência tributária. Acesso à informação	299
25.1. Valor aproximado dos tributos. Influência na formação dos preços de venda	300
§ 6º	301
26. Benefícios fiscais, anistia ou remissão. Lei específica	302
§ 7º	303
27. Substituição tributária para frente	303
27.1. Direito à restituição da diferença do ICMS pago a mais. Base de cálculo efetiva inferior à presumida	305
27.2. Antecipação tributária sem substituição. Regulamentação por decreto do Poder Executivo. Impossibilidade	306
ART. 151, INC. I A III	307
1. Limites ao poder de tributar específicos à União	307
1.1. Princípio da uniformidade geográfica	307
1.2. Princípio da vedação de tratamento diferenciado em relação aos entes federativos	308
1.3. Tributação da renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e da remuneração e dos proventos dos agentes públicos	309
1.4. Proibição de isenções heterônomas	309
ART. 152	310
1. Proibição de tratamento tributário diferenciado entre bens e serviços em razão da procedência ou destino	310

SEÇÃO III

Dos Impostos da União

ART. 153, INC. I A VII	311
1. Competência tributária privativa da União. Impostos nominados	311
1.1. Imposto de Importação	312
1.1.1. Fato gerador.....	312
1.1.2. Momento da ocorrência do fato gerador. Violação à segurança jurídica	312
1.2. Imposto de Exportação	314
1.2.1. Fato gerador.....	314
1.2.2. Momento da ocorrência do fato gerador	314
1.3. Imposto de Renda	315
1.3.1. Renda e proventos. Conceito	316
1.3.2. Pensão alimentícia fundada no direito de família. Inconstitucionalidade	317
1.3.3. Indenizações	320
1.3.4. Juros e lucros cessantes	321
1.3.5. IRPJ e CSLL. Incidência sobre os valores atinentes à taxa Selic. Repetição de indébito tributário	323
1.3.6. Aplicações financeiras. Rendimentos. Correção monetária....	323
1.3.7. Resultados financeiros. Contratos de <i>swap</i> para fins de <i>hedge</i> . Lei 9.779/1999.....	325
1.3.8. Condenações trabalhistas	325
1.3.9. Resultados financeiros. Contratos de <i>swap</i> para fins de <i>hedge</i> . Lei 9.779/1999.....	325
1.3.10. Rendimentos recebidos acumuladamente.....	326
1.3.11. Depósitos bancários. Omissão de receita. Lei 9.430/1996	326
1.3.12. Isenção. Proventos de aposentadoria. Requisitos legais. Ampliação por decisão judicial.....	328
1.3.13. Renda da pessoa jurídica	328
1.3.14. Compensação de prejuízos.....	328
1.3.15. Repartição de receitas. Titularidade do IR. Rendimentos pagos pelos municípios. Pessoas físicas ou jurídicas contratadas para prestação de bens ou serviços	330
1.4. Imposto sobre Produtos Industrializados.....	330
1.4.1. Fatos geradores	330
1.4.2. Conceito de produto industrializado	331

1.4.3. IPI na importação realizada por pessoa física	332
1.4.4. IPI na revenda de bens importados.....	333
1.4.5. Aspecto quantitativo	334
1.4.6. Cálculo. Estabelecimento de valores pré-fixados. Pautas fiscais. Reserva de lei complementar	335
1.5. Imposto sobre Operações Financeiras.....	336
1.5.1. IOF. Operações praticadas por empresas de <i>factoring</i>	337
1.5.2. IOF. Contratos de mútuo com quem não desenvolve atividade financeira ou análoga.....	338
1.6. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	339
1.6.1. Propriedade rural x propriedade urbana	340
1.6.2. Incidência sobre domínio útil ou posse	342
1.6.3. Base de cálculo	343
1.7. Imposto sobre Grandes Fortunas	343
§ 1º	344
2. Legalidade atenuada para II, IE, IPI e IOF	344
§ 2º, INC. I E II.....	346
3. IR. Critérios de conformação	346
3.1. Generalidade e universalidade	346
3.2. Progressividade.....	347
§ 3º, INC. I A IV	348
4. IPI	349
4.1. Seletividade em função da essencialidade	349
4.1.1. Legitimidade da tributação indutora de comportamento	350
4.1.2. Seletividade e capacidade contributiva.....	353
4.1.3. Discricionariiedade na fixação das alíquotas	354
4.1.4. Garrações, garrafas e tampas plásticas. Acondicionar água mineral. Bem essencial.....	356
4.2. Não cumulatividade.....	357
4.2.1. Compensação. Método do creditamento.....	357
4.2.2. Creditamento. Aquisição de insumos não tributados.....	358
4.2.3. Creditamento. Entrada com insumos tributados. Saídas isentas ou com alíquota zero.....	359
4.2.4. Aquisição de insumos da Zona Franca de Manaus. Creditamento	360
4.3. Não incidência sobre a exportação	361
4.4. Redução sobre a aquisição de bens de capital	361

§ 4º, INC. I A III	361
5. ITR.....	362
5.1. Progressividade extrafiscal.....	362
5.2. Imunidade de pequenas glebas rurais	362
5.3. Fiscalização pelos Municípios.....	363
§ 5º, INC. I E II.....	363
6. Ouro. Ativo financeiro ou instrumento cambial. IOF	363
ART. 154, INC. I E II.....	364
1. Impostos residuais e extraordinários	365
1.1. Impostos residuais. Requisitos.....	365
1.2. Impostos extraordinários.....	365

SEÇÃO IV

Dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal

ART. 155, INC. I A III	366
1. Impostos dos Estados e do Distrito Federal.....	366
1.1. Competência para os impostos estaduais	366
1.2. ITCD. Lei complementar	367
1.2.1. Fato gerador. Aspectos circunstanciais	367
1.2.2. Progressividade. Legitimidade	368
1.3. ICMS.....	369
1.3.1. Operações de circulação de mercadorias	370
1.3.1.1. Conceito de operações	370
1.3.1.2. Conceito de circulação	370
1.3.1.3. Extração de petróleo. Ausência dos elementos “operação” e “circulação”	371
1.3.1.4. Conceito de mercadoria	372
1.3.1.5. Economia digital. Software. Evolução regulatória.....	373
1.3.1.5.1. Convênio ICMS 106/2017. Violação da competência do legislador complementar	375
1.3.1.5.2. ICMS sobre operações com software. Não inci- dência	377
1.3.1.5.3. Bitributação. ICMS e ISS. Impossibilidade	381
1.3.1.6. As decisões do STF na ADI 1.945 e ADI 5.659. Aparente consolidação de entendimento	383
1.3.1.7. Habitualidade e natureza mercantil. Venda de salvados de sinistros	385

1.3.1.8. Energia elétrica. Demanda contratada.....	386
1.3.1.9. Base de cálculo	386
1.3.1.9.1. Venda para entrega futura	386
1.3.1.9.2. Inclusão do próprio montante do ICMS incidente	387
1.3.1.9.3. Inclusão do frete.....	387
1.3.1.9.4. Mercadorias dadas em bonificação	388
1.3.1.9.5. Encargos de financiamento	388
1.3.1.9.6. Valor de pauta fiscal	388
1.3.1.10. Conflito ICMS x ISS. Serviços gráficos. Embalagens	389
1.3.2. ICMS sobre serviços.....	390
1.3.2.1. Transporte.....	390
1.3.2.2. Comunicação e telecomunicação	391
1.3.2.2.1. Amplitude de incidência	392
1.3.2.2.2. Atividade de inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade em qualquer meio. Ato preparatório ao serviço de comunicação	393
1.3.3. ICMS declarado e não recolhido. Crime.....	395
1.4. IPVA.....	397
1.4.1. Fato gerador.....	398
1.4.2. Aeronaves e embarcações.....	398
1.4.3. Aspectos quantitativos	399
1.4.3.1. Desconto para o bom motorista	399
1.4.3.2. Redução do IPVA. Contratação de empregados com mais de 40 anos	399
1.4.4. Recolhimento em Estado diverso daquele que o contribuinte mantém sua sede ou domicílio tributário.....	400
1.4.5. Cobrança do IPVA por Estado diverso da sede de empresa locadora de veículos. Filial em outro estado (distinção do Tema 708, RE 1.016.605).....	401
§ 1º, INC. I A IV	403
2. ITCD. Regras específicas de competência	403
2.1. Estado da situação do bem imóvel.....	403
2.2. Estado onde se processar o inventário ou o arrolamento	403
2.3. Situações envolvendo o exterior. Instituição regulada por lei com- plementar	404
2.4. Alíquotas máximas. Competência do Senado Federal	405
§ 2º, INC. I.....	405
3. ICMS. Regras específicas.....	405

3.1. Não cumulatividade.....	405
3.1.1. Aproveitamento do crédito. Nota fiscal inidônea	406
3.1.2. Incidência monofásica	407
3.1.3. Regime de diferimento e não cumulatividade	407
3.1.4. Telefonia. Processo industrial por equiparação	407
3.1.5. Creditamento. ICMS de serviços e de produtos desvinculados do processo de industrialização da mercadoria comercializada.....	407
3.1.6. Material de construção para ampliação do estabelecimento...	408
3.1.7. Correção monetária dos créditos.....	408
INC. II, ALÍNEAS “A” E “B”	409
4. Impedimentos ao creditamento	409
4.1. Crédito presumido	410
4.2. Redução da base de cálculo. Isenção parcial. Estorno proporcional.....	410
4.3. Estorno. Opção por regime mais vantajoso	410
4.4. Estorno proporcional de crédito efetuado pelo Estado de destino. Crédito fiscal presumido concedido pelo Estado de origem sem autori- zação do CONFAZ. Não cumulatividade	411
4.5. Creditamento. Empresa prestadora de serviços de telefonia móvel. Aparelho celular. Cessão em comodato.....	412
INC. III	413
5. Seletividade. Faculdade	413
5.1. Energia elétrica e telecomunicações.....	414
INC. IV.....	418
6. Alíquotas. Operações interestaduais e de exportação	418
INC. V E VI.....	420
7. Alíquotas mínimas e máximas. Operações internas. Conflitos de Es- tados	420
INC. VII E VIII	420
8. Operações interestaduais. Alíquotas. Repartição do imposto	421
INC. IX, ALÍNEA “A”	422
9. Importação.....	423
9.1. ICMS-Importação. <i>Leasing</i>	424
9.2. Sujeito ativo. Estado em que localizado o domicílio ou o estabele- cimento do destinatário jurídico da mercadoria importada. Gás natural oriundo da Bolívia	424

ALÍNEA “B”	425
10. ICMS em operações mistas.....	425
INC. X	427
11. Imunidades relativas ao ICMS.....	427
ALÍNEA “A”	427
12. Exportações	427
13. Manutenção e aproveitamento dos créditos	429
ALÍNEA “B”	429
14. Operações interestaduais. Derivados de petróleo e energia elétrica.....	430
ALÍNEA “C”	430
15. Ouro como ativo financeiro ou instrumento cambial.....	430
ALÍNEA “D”	431
16. Radiodifusão de recepção livre e gratuita	431
INC. XI.....	431
17. IPI. Base de cálculo do ICMS. Exclusão.....	431
INC. XII	432
18. Competência do legislador complementar.....	432
ALÍNEA “A”	432
19. Contribuintes	432
ALÍNEA “B”	432
20. Substituição tributária	432
ALÍNEA “C”	433
21. Regulação da compensação.....	433
ALÍNEA “D”	433
22. Definição do local das operações.....	434
ALÍNEA “E”	434
23. Desoneração das exportações.....	434
ALÍNEA “F”	435
24. Manutenção de crédito	435
ALÍNEA “G”	435
25. Benefícios fiscais. Acordo entre os Estados e o DF.....	435

25.1. Forma de concessão. Requisitos.....	436
25.2. Imunidade. Concessão por Constituição Estadual.....	437
25.3. Diferimento	438
25.4. Constitucionalidade de lei estadual ou distrital. Amparo em convênio do CONFAZ. Concessão de remissão de créditos de ICMS. Benefícios fiscais anteriormente julgados inconstitucionais	438
25.5. Remissão dos créditos tributários. Reinstituição dos benefícios tributários.....	439
25.6. Venda, realizada por locadora de veículos, de automóvel com menos de doze meses de aquisição da montadora	440
25.7. Processo legislativo estadual. Programa Catarinense de Recuperação Fiscal (PREFIS-SC). Benefício fiscal de ICMS. Autorização CONFAZ. Estimativa de impacto orçamentário	440
ALÍNEA “H”	440
26. Incidência monofásica. Combustíveis e lubrificantes	441
ALÍNEA “I”	441
27. Integração do ICMS na sua base de cálculo	441
§ 3º	441
28. Imunidade. ICMS, II e IE	441
§ 4º E § 5º	442
29. ICMS monofásico. Combustíveis e lubrificantes.....	443
§ 6º, INC. I E II.....	444
30. IPVA. Alíquotas.....	444

SEÇÃO V

Dos Impostos dos Municípios

ART. 156, INC. I A IV	444
1. Impostos dos Municípios	444
1.1. IPTU	445
1.1.1. Base econômica.....	445
1.1.2. Aspecto quantitativo	445
1.1.3. Aspecto subjetivo.....	445
1.2. ITBI.....	446
1.2.1. Base de cálculo. Valor da transação. Valor de mercado	448
1.3. ISS.....	448

1.3.1. Aspecto material e conceito	448
1.3.2. Serviço x locação.....	450
1.3.3. <i>Leasing</i>	452
1.3.4. Amplitude da definição dos serviços	452
1.3.5. Conceito constitucional de serviços. Mutação. Artigos 109 e 110 do CTN. Plano de saúde e seguro-saúde.....	454
1.3.6. Franquia. Contrato empresarial. Essência de cessão de direitos sobre marca e produto.....	455
1.3.7. Operações mistas	458
1.3.8. Medicamentos produzidos por manipulação de fórmulas, sob encomenda. Subitem 4.07 da lista anexa à LC 116/03. Sujeição ao ISS.....	460
1.3.9. Local do estabelecimento x local da efetiva prestação	461
1.3.10. Obrigatoriedade de cadastro. Prestadores de serviços não estabelecidos no território do Município. Obrigação ao tomador de recolhimento do ISS quando descumprida a obrigação.....	462
1.3.11. Conflito ISS x IPI.....	463
1.3.12. Conflito ICMS x ISS. Serviços gráficos. Embalagens	464
1.3.13. Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação desenvolvidos de forma personalizada. Subitem 1.05. Lista anexa à LC 116/03	465
1.3.14. Base de cálculo	466
§ 1º-A	467
2. Características do IPTU	468
2.1. Progressividade.....	468
2.2. Seletividade.....	468
2.3. Não incidência. Templos de qualquer culto. Entidades abrangidas pela imunidade tributária. Locatárias do bem imóvel	469
§ 2º, INC. I E II.....	470
3. Imunidade ao ITBI. Realização de capital de pessoa jurídica e transformações societárias	470
§ 3º, INC. I A III E § 4º	471
4. Lei complementar. Alíquotas. Exportações. Benefícios fiscais	472
4.1. Ato de improbidade administrativa.....	473
4.2. Sociedades profissionais. ISS fixo.....	473

NORMAS TRIBUTÁRIAS FORA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

TÍTULO VII DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA

ART. 177, § 4º	477
1. CIDE-Combustíveis.....	478
1.1. Seletividade.....	478
1.2. Destinação dos recursos.....	478

CAPÍTULO III DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA

ART. 184, § 5º	478
1. Imunidade. Reforma agrária	479

TÍTULO VIII DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO II DA SEGURIDADE SOCIAL

SEÇÃO I Disposições Gerais

ART. 195	481
1. Contribuições sociais de seguridade social	481
INC. I	483
2. Contribuições patronais.....	483
ALÍNEA “A”	484
3. Contribuição sobre a folha	484
3.1. Contribuição. Valor bruto. Nota fiscal. Cooperativas de trabalho ...	485
3.2. Empresa contratante de serviços. Cessão de mão de obra. Retenção de 11%	485

3.3. Salário-maternidade. Prestação previdenciária. Decorrência da licença-maternidade	486
3.4. Terço constitucional de férias gozadas	486
3.5. Contribuição previdenciária. Comissão paga pelas seguradoras aos corretores de seguros	487
3.6. Contribuição Previdenciária Patronal. Base de cálculo. Exclusão dos valores retidos a título de IR e de contribuição previdenciária a cargo do empregado	487
ALÍNEA “B”	488
4. Contribuição sobre a receita ou o faturamento.....	488
4.1. Redação original e redação atual	488
4.2. Conceitos envolvidos.....	488
4.3. COFINS	490
4.3.1. Legislação	490
4.3.2. Base de cálculo. Exclusão do ICMS	490
4.3.3. ICMS. Inclusão na base de cálculo da contribuição previdenciária sobre a receita bruta. Possibilidade.....	491
4.3.4. Inclusão do IPI. Operações de venda realizadas por fabricantes ou importadores de veículos. Base de cálculo presumida em regime de substituição tributária. PIS e COFINS devidas pelos comerciantes varejistas	492
4.3.5. Base de cálculo. Inclusão da taxa da operadora de cartão de crédito	494
ALÍNEA “C”	495
5. CSLL	495
5.1. Conceito de lucro.....	495
5.2. CSLL e IRPJ. Dupla incidência sobre o lucro	496
INC. II.....	496
6. Contribuição do trabalhador. Regime geral de previdência social.....	496
INC. III	498
7. Contribuição sobre receita de concursos de prognósticos.....	498
INC. IV.....	498
8. Contribuições do importador de bens ou serviços	498
8.1. Base de cálculo. Valor aduaneiro	499
8.2. Majoração da alíquota em um ponto percentual. Aproveitamento integral dos créditos.....	501

§ 1º E § 2º	501
9. Orçamento da seguridade social	502
§ 3º	502
10. Empresa com débitos. Restrições com o Poder Público.....	502
§ 4º	503
11. Competência residual. Contribuições de seguridade social	504
§ 5º	504
12. Equilíbrio entre receita e despesa	505
13. Extensão da licença maternidade. Pai solteiro servidor público. Isonomia, legalidade e proteção da criança. Benefício criado. Fonte de custeio total...	505
§ 6º	505
14. Anterioridade nonagesimal.....	506
§ 7º	506
15. Imunidade às contribuições de seguridade social.....	506
§ 8º	508
16. Contribuição do segurado em regime de economia familiar	508
§ 9º	509
17. Contribuições patronais. Critérios quantitativos	510
18. CSLL. Alíquota específica para empresas financeiras e equiparadas.....	511
§ 10 E § 11	511
19. Vedações. Moratória, parcelamento, remissão e anistia.....	512
§ 12	512
20. COFINS e COFINS-Importação. Não cumulatividade.....	512
20.1. Não cumulatividade. Medida Provisória 135/2003. Lei 10.833/2003. Legalidade.....	513
20.2. Ativo imobilizado. Creditamento. Limitação. Lei 10.865/2004.....	513
20.3. Empresas prestadoras de serviços. Manutenção na sistemática cumulativa. Critério de discrimen. Isonomia. Ausência de afronta.....	514
20.4. Não cumulatividade. Isonomia e razoabilidade. Direito a creditamento. PIS. COFINS. Regimes cumulativo e não cumulativo. Transição	514
20.5. Possibilidade de apuração de créditos de PIS/COFINS na aquisição de insumos recicláveis. Prejuízos econômicos ao contribuinte industrial dedicado à reciclagem. Princípio do protetor recebedor	515
§ 13 E § 14.....	515

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I Da Educação

ART. 212, § 5º	516
1. Contribuição social do salário-educação.....	516
§ 6º	517

TÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS

ART. 239, § 1º AO § 5º	519
1. Contribuições para o PIS/PASEP	520
ART. 240	521
1. Contribuições às entidades de serviço social (Sistema “S”)	521

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

ART. 41, § 1º AO § 3º	527
1. Revogação dos incentivos fiscais setoriais passados	527
ART. 74, § 1º AO § 4º	528
ART. 75, § 1º AO § 3º	528
1. CPMF	529
1.1. Eficiência fiscal x justiça tributária	530
ART. 76, § 1º AO § 4º	531
ART. 76-A, INC. I A V	532
ART. 76-B, INC. I A IV	533
1. Desvinculação de receitas	533
ART. 88, INC. I E II	534
1. ISS. Alíquota mínima	534